

Editorial



A campanha pela DE foi amplamente divulgada em todos os campi da Uerj • Foto: Sérgio Franklin

REVALORIZAÇÃO DAS BASES SALARIAIS: UM PASSO QUE PRECISA SEGUIR DE PERTO A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

A Asduerj lançou, na primeira quinzena de abril, a cartilha produzida pela entidade sobre o regime de trabalho em Dedicção Exclusiva. Desde então, a direção da entidade tem visitado as unidades acadêmicas para divulgar a cartilha em todos os campi da universidade.

Além de divulgar a cartilha, as visitas têm objetivos bem definidos: provocar o debate nas unidades acadêmicas, tirar dúvidas sobre o processo de instauração da DE e o regime de trabalho em si e mobilizar os docentes para a ação política pela sua implantação no prazo estabelecido por lei.

O regime de trabalho em Dedicção Exclusiva foi instituído pela única emenda conquistada pela greve de 2008 no Plano de Carreira Docente imposto pelo governo do Estado. Agora, um novo movimento se mostra necessário para garantir a sua efetivação com base nos princípios estabelecidos pela proposta definida pela categoria em assembleia. Esse é o propósito da campanha “2011: o ano da Dedicção Exclusiva na Uerj”.

Um decisivo resultado dessa campanha foi obtido com a aprovação do pedido de urgência para a tramitação do processo no Conselho Universitário. Porém, mesmo com um presumível consenso em torno dos princípios do Anteprojeto aprovado em assembleia – haja vista a semelhança com a proposta de minuta do Conselho Consultivo da Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (SR2) –, faz-se necessário o acompanhamento atento do processo nos Conselhos Superiores. Além disso, é preciso garantir também que o executivo encaminhe à Alerj o projeto definido pela universidade e que seja aprovado naquele órgão, nos devidos prazos para que tenhamos a DE no início de 2012.

Para garantir esse processo na Alerj, a Asduerj já buscou acordar com o presidente da Comis-

são Permanente de Educação - Deputado Comte Bittencourt - a inserção de uma emenda sobre o regime de trabalho de Dedicção Exclusiva na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A comunidade universitária terá a tarefa de convencer o Legislativo e o Executivo sobre a importância da Dedicção Exclusiva, no momento em que a Uerj encontra-se com problemas graves em seu quadro docente. Um grande número

**APESAR DE IMPLICAR UMA
COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA,
A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA NÃO É
UMA RECOMPOSIÇÃO DE
PERDAS SALARIAIS.**

de professores tem se aposentado sem que haja o ingresso correspondente de novos profissionais para o quadro permanente. Salários pouco atrativos, além de provocar uma evasão significativa de professores efetivos, têm afugentado candidatos para os insuficientes concursos públicos realizados pela universidade, que optam, geralmente, por outras instituições públicas que possuem o regime de Dedicção Exclusiva, já que a UERJ é a única universidade pública que não o tem. Ao mesmo tempo, a ideia é demonstrar, também, que a implantação da Dedicção Exclusiva poderá contribuir para reverter essa preocupante situação.

DE NÃO É REAJUSTE SALARIAL

Entretanto, alertamos, a Dedicção Exclusiva não substitui a valorização salarial. Apesar de implicar uma compensação pecuniária, a DE não é uma recomposição de perdas salariais. Trata-se

de um regime de trabalho criado para fixar o docente na instituição.

O principal problema da Uerj, hoje, continua a ser a aviltante defasagem salarial que vem corroendo os proventos dos seus trabalhadores nos últimos dez anos. A luta por reajuste salarial igual para todos – e não apenas para alguns setores como tem sido praticado ultimamente – não pode ser negligenciada. Com salários rebaixados, a DE torna-se uma prisão e não uma compensação pecuniária voltada para a fixação do docente na instituição. Ou seja, as nossas campanhas por reajuste salarial não estão “ultrapassadas”.

Por essa razão, a Asduerj convocou uma assembleia docente para o dia 27 de abril (após o fechamento desta edição) em que um dos pontos de pauta é a campanha salarial 2011. Nesse debate, um grande desafio está posto. O governo já anunciou que a Uerj será um dos pontos de partida para a implementação de uma nova política salarial para os servidores do Estado. No cerne desta, como salientou o próprio secretário de Planejamento e Gestão, está a quebra da isonomia salarial entre as categorias de trabalhadores da ativa. Uma estratégia divisionista e baseada em processos de avaliação de desempenho produtivista.

É verdade que a conquista do reajuste de 22%, pela Aduenf, com sua greve de 4 meses, quebrou essa intencionalidade governamental, mostrando que, ainda hoje, quem luta conquista! Isso significa que devemos lutar pela implementação do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, mas também, mais do que nunca, torna-se necessária uma séria e profunda reflexão sobre as consequências da política governamental para o futuro imediato de nossa universidade. Como vamos encarar a questão?



DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PARA TODOS

Dedicação Exclusiva para todos

A Asduerj iniciou em abril uma série de visitas às unidades acadêmicas para divulgar sua cartilha sobre a Dedicção Exclusiva. A Faculdade de Formação de Professores (FFP) em São Gonçalo foi a primeira a receber à entidade (foto). Seguiram-se o Instituto de Letras e o CAP. A Faculdade de Tecnologia (FAT) estava agendada para o dia 5 de maio (depois do fechamento desta edição). Além de tirar as dúvidas dos professores, o objetivo é convidá-los a participar da luta pela implantação do anteprojeto de Dedicção Exclusiva aprovado pela assembleia docente no prazo definido pela lei, ou seja, a partir de janeiro de 2012.

Dedicação Exclusiva para todos 1

O Conselho Universitário e o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (Csepe) começaram a discutir no final de abril o anteprojeto de DE. No dia 15/4 foi aprovada a proposta assinada por sete membros do Consun de discutir a DE em regime de urgência. O Csepe também aprovou o regime de urgência e o presidente dos conselhos se comprometeu a realizar sessões extraordinárias dos dois fóruns até que se defina a proposta da universidade. O próprio reitor Ricardo Veivalves reconhece que será necessária a união de toda a universidade para que o governo do Estado apresente a proposta da Uerj à Assembleia Legislativa.

Dedicação Exclusiva para todos 2

O presidente da Comissão de Educação da Alerj, deputado Comte Bittencourt (PPS), garantiu à Asduerj que irá incluir uma emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao regime de trabalho em Dedicção Exclusiva da Uerj. Para que a Dedicção Exclusiva seja implantada em 2012 será necessário incluí-la no orçamento do Estado do próximo ano, que começa a ser definido em junho com a aprovação da LDO na Alerj.

Dedicação Exclusiva para todos 3

Além do anteprojeto aprovado em assembleia

docente, uma outra proposta de estruturação da DE foi apresentada na sessão do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (Csepe) do dia 28 de abril. A minuta de autoria do conselheiro João Ramos de Andrade restringe a Dedicção Exclusiva a professores doutores e estabelece critérios de produtividade para a concessão da DE. Durante a sessão, muitos conselheiros se pronunciaram lembrando que a proposta era inadequada devido à DE ser um regime de trabalho, portanto extensiva a todos os docentes que quiserem te um vínculo de exclusividade com a universidade.

Dedicação Exclusiva para todos 4

O Conselho Universitário elegeu, em sessão extraordinária no dia 29/4, seis de seus membros (2 professores, 2 técnico-administrativos e 2 estudantes) para compor, junto com um grupo de igual número de membros do Csepe, uma Comissão Mista Especial. A comissão terá a tarefa de produzir um parecer sobre o Anteprojeto de Dedicção Exclusiva para deliberação em plenário. Não foi definido se a decisão será em reunião conjunta dos dois Conselhos. No Consun, prevaleceu o entendimento de que há complementaridade de atribuições entre os conselhos para definir a matéria.

II ENCONTRO DE APOSENTADOS

A Comissão de Aposentados da Asduerj definiu a data e o local do II Encontro de Aposentados da Asduerj. O evento deverá ocorrer em Teresópolis entre os dias 12 e 14 de agosto. A prevenção e a promoção da saúde serão os temas principais do debate, que discutirá ainda o papel do aposentado na sociedade de hoje.

Saúde do aposentado

A prevenção e a promoção da saúde foram um dos temas mais discutidos no I Encontro de Aposentados, realizado na cidade de Conservatória em junho de 2010. Naquele momento foi feita a proposta de criação de um programa de assistência médica rotineira aos aposentados da Uerj. A ideia era que pelo menos uma vez por ano o aposentado fosse convidado a passar por uma avaliação médica completa.

A Comissão de Aposentados da Asduerj vem negociando a implementação do programa com a Policlínica Piquet Carneiro (PPC). Apesar da receptividade expressa pela direção da

PPC, em reunião com a comissão, sua efetivação ainda esbarra na escassez de recursos humanos na universidade para absorver essa demanda.

A professora Rosemary Gonçalves, chefe do Serviço Social da PPC, prometeu apresentar uma proposta para o programa que não se restrinja ao diagnóstico mais encaminhe o tratamento, quando for necessário, na própria Policlínica.

Um espaço para o aposentado

As reuniões da Comissão de Aposentados têm ocorrido toda a primeira segunda-feira do mês no Espaço Cultural Glória Schapper



Professores aposentados da Uerj reunidos na sede da Asduerj • Foto: Sérgio Franklin

(Pavilhão João Lyra Filho, bloco F, 1º andar). A próxima será no dia 6 de junho, a partir de 14h às 16h. Participe.

Homenagem a um lutador

O professor Antonio Carlos Ferrão, que criou o primeiro GT de aposentados da Asduerj ainda nos anos 90, recebeu no mês de março a placa em sua homenagem,

concedida no I Encontro de Aposentados da Asduerj em junho de 2010. Naquela ocasião, não pôde participar da homenagem, pois se encontrava fora do país.

expediente



DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2009/2011)

Presidente: Cleier Marconsin (FSS)
I Vice-Presidente: Luiz Claudio de Santa Maria (IQ)
II Vice-Presidente: Ademir de Assis Figueiredo (FCM)
I Tesoureiro: Guilherme Locks Guimarães (IEFD)
II Tesoureiro: Guilherme Lúcio Abelha Mota (IME)
I Secretário: Inalda Pimentel (FFP)
II Secretário: Antonio Braga Coscarelli (*in memorian*)

EDITORES RESPONSÁVEIS

Cleier Marconsin
 Guilherme Mota
 Luiz Claudio de Santa Maria

EQUIPE TÉCNICA

Jornalista: Sérgio Franklin
Edição Visual: Leila Braile

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA: UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA INSTITUCIONAL

Estudos revelam evasão e falta de renovação do quadro docente da Uerj

O quadro docente da Uerj passa por um processo de envelhecimento. A faixa etária da maioria dos seus componentes encontra-se hoje acima dos cinquenta anos de idade, situando-se, portanto, muito próxima à aposentadoria. Essa é uma das constatações do estudo sobre a implantação do regime de trabalho em Dedicção Exclusiva na Uerj, promovido pela Asduerj e realizado pelo Programa de Estatística Aplicada do Instituto de Matemática e Estatística - Prestap/IME (a íntegra do estudo está disponível em www.asduerj.org.br).

Para o estudo foram entrevistados 720 professores nos quatro centros setoriais da universidade, ou seja, 38,6% dos 1.867 professores em atividade no ano de 2010, segundo o Datauerj. Destes, 57,4% estão com cinquenta anos ou mais.

Além da proximidade da aposentadoria de um contingente significativo do quadro, o aumento da evasão de docentes e a realização insuficiente de concursos agravam a situação.

Relatório solicitado pela diretoria da Asduerj à Superintendência de Recursos Humanos (SRH) demonstra um espantoso crescimento de mais de 400% de exonerações de professores em 2009 com relação ao ano anterior (em números absolutos, um salto de 6 para 31), quantitativo que se manteve estável em 2010 (30 exonerações).

Dois fatores, combinados, dão origem ao fenômeno: o achatamento dos salários da Uerj nos últimos dez anos e o aumento do número de vagas em outras instituições de ensino superior, notadamente as universidades federais, que oferecem melhores salários e regime de trabalho em Dedicção Exclusiva.

É interessante notar, ainda, que o período de “boom” da evasão coincide com o momento imediatamente posterior à aprovação na Alerj do Plano de Carreira Docente, proposto pelo governo do Estado e pela reitoria em dezembro de 2008. O que leva a concluir que os novos patamares de pisos salários parcelados ao longo de três anos, a imposição da implementação da DE apenas ao final desse processo, aliados à morosa e indefinida proposta de progressão na carreira contidos no plano foram prejudiciais à fixação dos docentes na Uerj.

Aprofundando os dados apresentados pela SRH, a Asduerj vem observando que a maioria dos demissionários são também pesquisadores do CNPq. Outro caso frequente é o de professores doutores de 20h, que saem por falta de perspectiva de carreira na Uerj. A maioria migrou para universidades federais, para as estaduais paulistas ou mesmo para instituições privadas, estabelecendo vínculo com regime de trabalho em Dedicção Exclusiva.

O envelhecimento do quadro e a evasão combinam-se, ainda, com a dificuldade atual da Uerj de atrair docentes de qualificação semelhante aos que estão saindo. Os baixos salários e a inexistência de Dedicção Exclusiva têm esvaziado os poucos concursos públicos realizados pela

universidade para os cargos de professor efetivo. Cada vez mais, editais publicados pela universidade para vagas de adjunto 40 h malogram em seu primeiro estágio: atrair candidatos. Os relatos que se sucedem - sejam do Instituto de Química, da Faculdade de Serviço Social, da Faculdade de Medicina ou o do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - demonstram que isto vem ocorrendo em todos os centros setoriais.

Esses elementos trazem, sem dúvida, dificuldades para a renovação do quadro efetivo da universidade.

A Dedicção Exclusiva mostra-se como um instrumento privilegiado para fixar e renovar o quadro docente, pois já está garantida em Lei por meio da ação política dos professores, efetivada na greve de 2008.

IME e FCM: dois exemplos paradigmáticos

O Instituto de Matemática e Estatística (IME) e a Faculdade de Ciências Médicas (FCM) têm sido exemplos de unidades nas quais a falta de renovação e evasão no quadro docente chegaram ao paroxismo.

Um relatório do Departamento de Informática e Ciência da Computação do IME, de março de 2009, avaliando o cumprimento de metas estipuladas para o setor no início daquela década, constatava que o esforço de qualificação dos docentes não se traduziu num aumento da carga horária necessária ao êxito do planejamento. Segundo o relatório, a partir de 2007, o acréscimo de carga horária para pesquisa obtida ao longo da década começou a decair. Um dos principais fatores, segundo o documento, foi “a perda de Adjuntos”, num processo que teve início em 2006, e tornou-se um problema crônico nos dois últimos anos.

A precarização do ensino na graduação também aparece, no relatório, como consequência da evasão. O documento aponta, por exemplo, que “30 a 40% das horas para o Curso de Informática e Ciências da Computação” são cumpridas por professores substitutos. “Uma avaliação pragmática e direta torna evidente que o número de professores no DICC é insuficiente para manter o Curso com a qualidade esperada”, conclui o texto.

Já no Centro de Ciências Biomédicas (Cbio), 62,7% dos docentes entrevistados pela Prestap estão com cinquenta anos ou mais. Segundo os dados informados pela SRH, a FCM, maior unidade do Cbio, é a que acumula o maior número de aposentadorias por ano na universidade. Foram 26 entre os anos de 2008 e 2010. A Faculdade de Engenharia aparece em seguida com 15 aposentadorias no mesmo período.

As dificuldades para renovar o quadro na FCM foram relatadas ao Boletim Asduerj pelo chefe do Departamento de Neurocirurgia, Henrique

Goldberg, em entrevista publicada em agosto de 2010. Na época, o docente, que já reunia condições para aposentadoria, mantinha-se no cargo por compromisso pessoal com a instituição, pois, simplesmente, não havia quem o substituísse. Goldberg alertava ainda que, dos quatro docentes efetivos da Neurocirurgia, três seriam aposentados compulsoriamente nos próximos quatro anos. O último concurso para o departamento havia ocorrido há mais de doze anos para docente 20h. A professora aprovada nesse concurso tenta, desde então, aumentar a carga horária para 40 h, sem sucesso. Para Goldberg, a renovação do quadro docente, esbarra também na falta de interesse dos profissionais devido aos baixos salários.

Dedicção Exclusiva

No quadro atual da Uerj, a Dedicção Exclusiva mostra-se como um instrumento privilegiado para fixar e renovar o quadro docente, estando inclusive garantida em Lei por meio da ação política dos professores, efetivada na greve de 2008.

Um dado indiscutível da capacidade da Dedicção Exclusiva de fixar os docentes na universidade foi a resposta positiva dos professores ouvidos pela Prestap à adesão ao novo regime de trabalho. Dos entrevistados que já têm 40 h, 82,9% gostariam de trabalhar em Dedicção Exclusiva. Entre os que têm menos de 40 h, a aspiração à DE é menor, mas ainda representa a vontade da maioria (57,5%). Incluindo ambos os casos, o total é de 79,9% que gostariam de trabalhar em regime de Dedicção Exclusiva à universidade.

O estudo promovido pela Asduerj e realizado pela Prestap e os outros dados que a Asduerj teve acesso demonstram que, juntamente com a valorização salarial e a efetivação da progressão entre níveis e categorias no PCD, a Dedicção Exclusiva, além de almejada pelo corpo docente, é necessária para a sobrevivência da instituição.

EDITAL Nº 05/2011 DA FAPERJ: ESTÁ TUDO ERRADO!

MARIA DE FÁTIMA ALMEIDA • PROFESSORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE - FEBF/UERJ

SUPOSTAMENTE nós, professores universitários, pertencemos à elite intelectual do país. Em muitos momentos, vemo-nos acuados, assistindo e participando da desintegração física e moral da universidade, da degradação de valores como a cooperação e de atitudes como o pensamento crítico. O curioso é que pessoas com menos escolaridade, que vivem ora sob o fogo cruzado, ora sob a mira de armas, oprimidas por uma mídia que frequentemente deixa de filmar e de contar o essencial, encontram forças para de alguma forma dizer: “Tá tudo errado” (título do *funk* de Júnior e Leonardo). Será que nós, com toda a bagagem cultural que temos, não conseguiremos produzir alguma reflexão, alguma crítica, alguma ação, para deter o trator que está sendo passado sobre a universidade pública?

As atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração demandam periodicamente obras de recuperação de infraestrutura, novos computadores, ares-condicionados, ou mesmo ampliação das instalações em decorrência da expansão ao longo dos anos. A falta de infraestrutura e de sua manutenção podem gerar acidentes, e condições ruins de trabalho que prejudicam seu andamento. Por isso mesmo, existe um orçamento para Uerj e para as demais universidades estaduais, para dar conta dessas necessidades, mas as verbas destinadas a este orçamento são sucateadas.

Em uma manobra, verbas para a infraestrutura teriam a chance de chegar via Faperj, travestidas de verba para a pesquisa. O edital 5/2011 estimula os professores doutores a forjarem um projeto de pesquisa, no intuito de que sejam conseguidas verbas para a infraestrutura. Vejam este trecho do edital: “Os projetos apresentados deverão refletir a necessidade da aquisição de equipamentos ou da realização de obras de infraestrutura para a execução de um conjunto articulado de linhas de pesquisa; as metas a serem atingidas na proposta deverão ser explicitadas, enfatizando o desenvolvimento institucional, de modo a permitir o seu acompanhamento e avaliação”. Não é à toa que, para a concessão da verba, é valorizado o “caráter multidisciplinar e o escopo multiusuário para a utilização de equipamentos a serem adquiridos”.

Outro quesito, a ser considerado é: “Qualificação do proponente (coordenador) e dos pesquisadores associados, em relação às atividades previstas para a execução do projeto, quanto à qualidade e regularidade da produção científica/tecnológica divulgada em veículos qualificados e sua contribuição para formação de recursos humanos.”

Como se trata de projetos para a melhoria de infraestrutura, deveria ser dada prioridade à análise de questões relacionada aos riscos de acidentes em decorrência da construção/ampliação da estrutura física para acomodar os projetos que por ventura vierem a ser aprovados. Na prática, os

mente do pesquisador vencedor do edital. Além de todas as qualificações, ainda é preciso entender de obras, ou pelo menos, responsabilizar-se por elas como se entendesse.

Ainda no edital: “As propostas que incluam solicitação de recursos para realização de obras e

EM UMA MANOBRA, VERBAS PARA A INFRAESTRUTURA TERIAM A CHANCE DE CHEGAR VIA FAPERJ, TRAVESTIDAS DE VERBA PARA A PESQUISA. O EDITAL 5/2011 ESTIMULA OS PROFESSORES DOUTORES A FORJAREM UM PROJETO DE PESQUISA, NO INTUITO DE QUE SEJAM CONSEGUIDAS VERBAS PARA A INFRAESTRUTURA.

professores posteriormente fazem a gestão desses projetos aprovados assumindo muitos dos riscos decorrentes da execução das obras. A liberação de verbas para obras e equipamentos deveria ter mais relação com a necessidade das unidades do que com o currículo dos solicitantes.

Este tipo de abordagem gera também problemas dentro de cada unidade beneficiada. Por exemplo, há o risco de que um laboratório de informática ou salas de aula sejam reservados para o grupo de pesquisa que conseguiu o recurso financeiro para o projeto. Outro risco é a concessão condicionada para a utilização deste novo espaço institucional, com exigências tais como o relatório das atividades realizadas no local, para que possa constar no relatório de “pesquisa” do gestor do projeto fomentado. Neste caso, poderíamos estar criando uma nova modalidade de expropriação do trabalho, na qual professores “mais produtivos” incluiriam em seus projetos as produções dos professores “menos produtivos”, aumentando assim a sua produtividade, servindo-se da privatização do espaço público.

De qualquer forma, a modalidade antiga de superexploração do trabalho prevalece.

Um outro problema gerado por esta forma de financiamento é a transformação do pesquisador em uma espécie de administrador de finanças públicas, sem que tenha preparo e carga horária destinada ao bom desempenho da função. Pois, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, os pesquisadores vencedores do edital ainda têm que se preocupar com a administração das verbas, que compreendem muitas vezes compra de material, licitação e acompanhamento de obras e, por fim, a prestação de contas entre outras atividades acrescentadas ao seu trabalho. Pior, se algo der errado, a responsabilidade criminal ou fiscal será unica-

reformas deverão, obrigatoriamente, apresentar o projeto básico, ou, na ausência deste, o pré-projeto, contendo as seguintes informações: localização, descrição da função dos espaços construídos, dimensionamentos globais – áreas construídas, número de pavimentos – e padrões construtivos, planta baixa e o orçamento sintético das obras e reformas.”

Eis algumas regras sobre a avaliação do projeto de “pesquisa”:

“Após 12 (doze) meses da liberação dos recursos, deverá ser apresentado à FAPERJ um relatório parcial do desenvolvimento da pesquisa; nessa ocasião, cada grupo apoiado por este Edital deverá estar disponível para a apresentação de seus resultados parciais, em data e local a serem marcados em comum acordo com a diretoria da FAPERJ;”

“A FAPERJ realizará a avaliação dos produtos obtidos pelo presente Edital e analisará a conveniência e a viabilidade de sua divulgação/publicação.”

Enfim, as manobras no uso dos recursos públicos, cujas causas desconhecemos, custam caro para toda a comunidade universitária. A pesquisa é fortemente prejudicada, pois os pesquisadores mais ativos precisam se ocupar com obras, compras de equipamentos, prestação de contas, procedimentos burocráticos que envolvem a gestão de milhares e até milhões de reais. O ensino e a extensão são solenemente ignorados (ou disfarçadamente embutidos na pesquisa). Admitirmos que “Está tudo errado” é o primeiro passo na busca de uma solução conjunta para a revitalização das universidades estaduais.